

NOTAS A PROPÓSITO DO 11 DE SETEMBRO

Leonardo Mathias

O 11 de Setembro pertence a um passado muito próximo, pelo que será com alguma perspectiva histórica que porventura melhor possa ser encarado, e com maior objectividade serem conhecidas as suas possíveis origens e motivações. Não foi por acaso que surgiu. Procurando acompanhar a forma como, nessa brusca aceleração da História, foram sendo observadas e comentadas as notícias, que na sua variedade e dispersão chegaram até nós nos últimos anos, haveria assim que recuar um pouco no tempo para tentar situar o contexto em que movimentos como a Al-Qaida encontrariam a sua razão de ser.

Em largas camadas das populações árabes, no mundo contemporâneo, os sentimentos de hostilidade em relação ao Ocidente datam da I Guerra Mundial e acentuam-se com a presença e domínio da França e do Reino Unido no Médio Oriente (fim do Império Otomano), e, mais tarde, com a produção e exploração de recursos naturais por companhias petrolíferas europeias e americanas. A civilização muçulmana, que tinha estado em tão largos períodos da História em orgulhosa vanguarda, via-se ultrapassada pelo progresso económico e tecnológico e pela acção de valores culturais e religiosos diferentes e de sistemas políticos alheios às suas tradições. É nesse enquadramento que é criado o Estado de Israel, legítimo aos olhos da comunidade internacional mas como tal não considerado pelos países árabes. O conflito israelo-árabe vai, a partir dessa altura, ser factor de permanente instabilidade na região e fora dela e estar na origem de inúmeras tensões e ameaças à paz e segurança internacionais. As frustrações que a situação provocou, entre palestinos e nos países árabes e muçulmanos, foram aumentando com o passar dos anos, em sucessivas guerras perdidas, na acção constante de um exército de ocupação, no crescimento e multiplicação de colonatos israelitas rodeados por populações palestinias, onde por vezes falta água e o desemprego ultrapassa 50 por cento da população activa. A recordação do exílio forçado de anteriores habitantes da Palestina, sem direito ao regresso, foi acentuando a humilhação que mais penosa ainda se transformou na permanência de gerações de homens, mulheres e crianças em campos de refugiados, sem identidade, sem esperança, sem futuro. A convicção de que este estado

de coisas, de opressão e injustiça, se vai manter ou até agravar-se pelos anos fora, está na origem de violentas reacções, como explosões de raiva, ódio e impotência, mas igualmente da tentativa de dar legitimidade a um combate assumido como forma de devolver a dignidade e a honra aos palestinos e aos árabes em geral. O terrorismo, fenómeno para o qual, como se sabe, não foi até hoje encontrada nenhuma definição internacionalmente aceite, é também uma arma para quem não dispõe de mísseis, de helicópteros, de tanques e a ela recorre por ser mais fraco, mais pobre e por se considerar em guerra. Trata-se de uma lógica complexa de motivações que escapa tantas vezes aos

O TERRORISMO É UMA ARMA PARA QUEM NÃO DISPÕE DE MÍSSEIS, DE HELICÓPTEROS, DE TANQUES E A ELA RECORRE POR SER MAIS FRACO, MAIS POBRE E POR SE CONSIDERAR EM GUERRA.

nossos conceitos cartesianos, mesmo quando temos consciência de que a interpretação das coisas muda em função de condicionalismos políticos, económicos e culturais e que aos olhos de um governo ou de um povo um terrorista é um assassino e um santo aos olhos de outro

governo ou de outro povo. É significativo, a este respeito, que a expressão «combate entre o bem e o mal» tenha sido utilizada pelo Presidente Bush e por bin Laden.

O CICLO DA VIOLÊNCIA

Mas os actos de terrorismo contra Israel não conduziram a nenhuma cedência. Pelo contrário, provocaram políticas de retaliação violentas e ainda o não acatamento de resoluções que as Nações Unidas foram aprovando contra o Estado judaico e que este sempre ignorou.

Perante as opiniões públicas árabes, e certamente perante os movimentos radicais mais antiocidentais, essa impunidade só pode ficar a dever-se à protecção dos Estados Unidos. Estes são assim tidos como tendo uma clara política pró-israelita e de apoio a regimes próximos de Washington, como os do Egipto, da Jordânia, da Arábia Saudita ou de certas monarquias do Golfo. Vetam decisões do Conselho de Segurança contrárias a Israel ou tomam posição pública a seu favor, como recentemente no caso da condenação pelo Tribunal Internacional de Justiça da construção do muro que divide territórios árabes ocupados.

O ciclo da violência, da vingança e da retaliação fica assim completo. Os elementos mais radicais, num e noutro campo, vivem da intensificação dessa luta, porque o constante extremar dos confrontos é indispensável à mobilização das vontades. Esta situação é naturalmente explorada por organizações como a Al-Qaida, antiocidentais, anti-americanas e opostas àqueles governos árabes, acima referidos, acusados de depender militar e economicamente do Ocidente ou de assumirem políticas que de alguma forma se identificariam com os seus interesses.

Como se não bastassem as acções que tantas vítimas provocam em Israel, houve quem concebesse o inconcebível: atacar o grande aliado de Israel, atacar Nova York e

Washington, o coração económico, político e militar do poder americano. A tragédia foi, como sabemos, transmitida em directo para o mundo inteiro. As suas consequências foram devastadoras pelo número de vítimas americanas atingidas no seu próprio território e pela revelação da vulnerabilidade da sociedade que era considerada a mais desenvolvida e melhor protegida. Os seus serviços de informação revelaram-se incapazes de prever o que quer que fosse para prevenir ou evitar o que aconteceu e a sua incompetência voltaria a confirmar-se na forma como terá facultado «provas» da existência no Iraque de armas de destruição maciça e de outras que justificariam a guerra. Foram de medo e de indignação as reacções que abalaram os Estados Unidos. Mas o admirável movimento colectivo nacional que os atentados provocaram não escondeu a onda de mal-estar que também percorreu o país ao verificar, com surpresa, que a sua civilização, a sua maneira de ser, a convicção da superioridade moral do seu modelo político e social, suscitavam tanto e tão violento repúdio. Não associaram, no entanto, os atentados a respostas a políticas suas: consideraram-se objecto de uma agressão brutal e cobarde, vítimas de uma guerra não declarada. Era preciso vingar a afronta, mesmo se aquele inimigo não correspondia à visão convencional dos inimigos, com Estado, território, população, exército... Não foi difícil considerar o Afeganistão um alvo. Com o acordo das Nações Unidas e afastando aliados europeus então solícitos nas suas demonstrações de solidariedade, os Estados Unidos intervieram, sem porém conseguirem atingir o seu principal objectivo: a detenção de bin Laden. Mas passaram a ter presença na Ásia Central e no Cáucaso.

O ATAQUE AO IRAQUE

Mais carregada de consequências foi a decisão de atacar o Iraque, assumindo o direito de o fazer unilateralmente, uma vez que no Conselho de Segurança não surgia maioria que a sustentasse, havendo mesmo ameaças de veto. Foram vários os pretextos apresentados para a intervenção: a existência, não provada, de armas de destruição maciça e a cumplicidade, também não provada, entre Saddam e bin Laden. E ainda a vontade de eliminar um ditador e de instalar, ali na Mesopotâmia, onde nunca antes houve, uma espécie de democracia galopante, que seria aliada dos Estados Unidos, colaboraria para dar estabilidade ao preço do barril de petróleo, contribuiria para ir eliminando o terrorismo, aliviaria a pressão a que Israel está sujeito e permitiria iniciar, como por «contágio», a progressiva introdução de práticas democráticas na região. E com essas perspectivas se invadiu e ocupou o Iraque. Arrogância, ingenuidade, desconhecimento das realidades? É difícil imaginar que o resultado pudesse não ser a situação caótica em que agora ali se vive. O uso da força não é a melhor maneira de impor um modelo social e político reformador, de bem-estar e desenvolvimento, de respeito pelos direitos humanos e as liberdades individuais. Produziu resultados opostos. Como se fosse possível admitir a mudança repentina de toda uma cultura em situação de ocupação militar, com milhares de mortos e de feridos, com destruições materiais por

todo o país, com dezenas de milhares de desempregados, com frequentes faltas de abastecimentos ou de energia eléctrica, e sem qualquer autoridade local legítima.

Não são antes graduais os processos de democratização, fruto da ponderação de inúmeros factores, políticos, sociais, culturais e, naquela região, sobretudo religiosos, de madura reflexão e essencialmente objecto de decisão interna? Mesmo depois de mortos ou detidos os responsáveis do anterior regime a resistência ao ocupante prosseguiu e intensificou-se com a chegada regular de voluntários árabes e muçulmanos enquanto se ampliou a hostilidade aos Estados Unidos e seus aliados. A incapacidade de prever o que iriam ser os efeitos da guerra e da ocupação e as extravagantes medidas tomadas pelas autoridades americanas, desde a tentativa de mudança da bandeira ao tratamento dos presos, espezinhando deliberadamente símbolos que identificam a sua fecunda e antiga cultura, têm resultados que nos afectam a todos no mundo ocidental. A intervenção estrangeira não trouxe estabilidade à região, nem diminuiu a intensidade de actos terroristas. E não podemos também deixar de constatar que os países árabes e muçulmanos possuem hoje as suas próprias agências de informação e os seus próprios canais de televisão, em crescente e revolucionária expansão, que divulgam as suas opiniões em função dos seus interesses, hábitos, tradições e religião. Em função da sua verdade e da sua interpretação dos acontecimentos, o que se traduz, no caso de Israel e territórios ocupados como no do Iraque, em sentimentos antiamericanos e antiocidentais, que são um perigoso factor de instabilidade internacional.

OS ALIADOS OCIDENTAIS E A CRISE DO MÉDIO ORIENTE

Esta política de Washington também teve, como sabemos, graves repercussões nas relações transatlânticas e no interior da própria União Europeia quando se tornaram claras e profundas, a esse respeito, as divergências dos estados-membros entre si e em relação ao aliado americano. As divisões criadas afectaram de igual modo a OTAN, quando esta ainda se esforçava por se adaptar ao fim da Guerra Fria e ao desaparecimento

da URSS. A tentativa de lhe atribuir a missão de luta antiterrorista só de maneira muito ténue foi aceite e pode contribuir para um maior desinteresse americano pela organização atlântica. Cumpre-nos evitar isso e salvaguardar uma tribuna onde europeus e americanos se encontram há

É JÁ POSSÍVEL RECONHECER QUE A POLÍTICA AMERICANA, NO QUE DIZ RESPEITO AO IRAQUE, COMEÇOU A MUDAR E A TER MAIS EM CONSIDERAÇÃO AS REALIDADES LOCAIS E AS POSIÇÕES DE PAÍSES AMIGOS E ALIADOS.

cerca de sessenta anos em função de interesses estratégicos comuns que permanecem numerosos nos nossos dias. Como nos cumpre também colaborar na busca e encontro de soluções para a situação no Iraque que terão de passar pelas Nações Unidas, como Washington se terá apercebido, e, sobretudo, por um claro e directo envolvimento de países árabes e muçulmanos. É já possível reconhecer que a política americana, no que diz respeito ao Iraque, começou a mudar e a ter mais em consideração as realidades locais

e as posições de países amigos e aliados. O princípio da devolução da soberania ao Iraque, mesmo se de momento ainda em fase incipiente, é essencial para ir ganhando a credibilidade necessária à pacificação do país e constitui uma das melhores armas para combater o terrorismo. E porque nos cumpre ainda valorizar o multilateralismo, oxalá, nessa perspectiva, pudesse a UE tomar iniciativas destinadas a criar condições políticas e económicas de confiança, que facilitassem uma maior aproximação entre as partes, propondo aos Estados Unidos, à Liga Árabe e a outros países empenhados na estabilidade da região, uma conferência que devolvesse à negociação e à diplomacia o que a guerra só foi capaz de destruir. A despeito da oposição de Israel a uma maior intervenção europeia no Médio Oriente, uma eventual conferência deste tipo deveria encarar, no caso israelo-palestino, a rápida imposição de tréguas que travasse a escalada de violência que deu início à segunda *intifada* e se ficou a dever à gravidade da provocação da visita, em Setembro de 2000, de Ariel Sharon à Esplanada das Mesquitas. A criação de um Estado da Palestina, ideia até hoje rejeitada ou adiada, um Estado viável e soberano e como tal reconhecido pelo mundo árabe, é uma das chaves da paz.

Vizinho de um Estado de Israel, com o seu direito a viver em segurança dentro de fronteiras internacionalmente aceites e garantidas, por exemplo, por forças dos Estados Unidos, da UE e da Liga Árabe. Mesmo que o desenho dessas fronteiras continuasse a ser provisório e objecto de negociação, seria porventura possível ir assegurando assim um princípio de pacificação que atenuasse a violência e as ameaças de um maior confronto de culturas que as circunstâncias actuais favorecem e que em larga medida estarão na origem de actos terroristas. A alternativa a soluções negociadas é por demais conhecida. **RI**

Não foi a inocência o que os Estados Unidos perderam em 11 de Setembro de 2001, foi a sua ingenuidade. Os americanos têm tendência para acreditar que aos olhos dos outros os Estados Unidos estão à altura dos clichés da sua propaganda durante a Guerra Fria e a Administração Clinton. [A hegemonia] dos Estados Unidos era o melhor para um mundo turbulento e, ao contrário das hegemonias passadas, ia durar, por sermos benignos e não ameaçarmos ninguém. [...] Não estávamos suficientemente marinados pela história para saber que ninguém, ou quase ninguém, jamais gostou de uma potência hegemónica.” **RI**

Stanley Hoffmann, “Why don’t they likes us?”, American Prospect, 19 de Novembro de 2001.